

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA CNI, ROBSON BRAGA DE ANDRADE, NA REUNIÃO-ALMOÇO PROMOVIDA PELA EMBAIXADA DA ALEMANHA, EM BRASÍLIA. 20.03.2012.

Senhoras e Senhores,

Boa tarde a todos,

Inicialmente gostaria de agradecer ao Senhor Embaixador WILFRIED GROLIG pela deferência do convite para participar deste encontro, que é mais uma de suas importantes iniciativas em favor do estreitamento dos laços entre a Alemanha e o Brasil.

Estendo a minha saudação a todos os Senhores e Senhoras aqui presentes.

Permitam-me, rapidamente, fazer registro do papel histórico e de destaque que a Alemanha ocupa no relacionamento com o Brasil e do diálogo construtivo que a CNI vem, há vários anos, mantendo com a Federação das Indústrias Alemãs (a BDI) para fortalecer as relações e estreitar negócios entre os dois países.

Registro também que os empresários, brasileiros e alemães, alguns aqui presentes, têm sido os grandes responsáveis pela intensificação dos laços econômicos bilaterais, com decisivo apoio de nossos governos.

Senhoras e Senhores,

A economia mundial atravessa um período de dificuldades em função da crise financeira dos países mais avançados desde 2007, agravada, mais recentemente, pelos problemas fiscais na Zona do Euro.

O cenário internacional, felizmente, começa a ficar menos negativo. As dificuldades da Grécia estão com solução encaminhada com a renegociação da dívida pública e o Banco Central Europeu vai conceder mais de 500 bilhões de euros aos bancos para emprestarem, estimulando pequenas, médias e grandes empresas.

A economia americana mostra recentes sinais positivos em seus indicadores econômicos de emprego, crédito e vendas de imóveis.

Mas o retorno a um crescimento mais robusto das economias industriais avançadas somente deverá ocorrer na segunda metade da década atual.

A economia brasileira registrou crescimento de 2,7% em 2011, medido pelo IBGE (em 2010, havia crescido 7,5%). Em valores correntes, o PIB chegou a R\$ 4, 143 trilhões e o per capita ficou em R\$ 21.252,00.

As projeções para 2012 não são muito diferentes das de 2011. Em dezembro passado, a CNI estimou um crescimento de 3% para este ano. O Governo espera 4,5%. Alguns entraves para que se alcance um ritmo mais forte permanecem. No Brasil, só verificamos uma taxa mais elevada de crescimento quando a indústria é o motor da expansão.

Para crescer mais rápido e melhor, o País precisa resolver com urgência os problemas estruturais e conjunturais que tanto afetam a competitividade da nossa indústria.

Nosso desempenho tem sido atrapalhado por um câmbio excessivamente valorizado, que estimula a importação e pune as exportações. Estamos submetidos a custos tributários altos e a uma infraestrutura deficiente. Mas insistimos em produzir, auxiliando o país a se desenvolver social e economicamente.

A pressão competitiva existente no mercado mundial atinge diretamente os produtos manufaturados, com impactos em toda a cadeia produtiva: de fornecedores de insumos a serviços.

Se os manufaturados nacionais têm dificuldade para competir tanto no mercado externo como no interno, toda a economia brasileira perde. Cria menos empregos, gera menos renda e recolhe menos impostos.

É necessário construir uma estratégia dupla para romper esse círculo vicioso: adotar ações emergenciais, com efeito a curto prazo, e desenvolver iniciativas voltadas à construção da competitividade de longo prazo.

É com essa visão que a CNI, com os demais segmentos representativos da indústria, atua próximo ao Governo Federal. O *Fórum Nacional da Indústria* discutiu e apresentou ao Executivo um conjunto de propostas para elevar a competitividade de nossos produtos. Alguns foram incorporados ao *Plano Brasil Maior* numa estratégia de longo prazo.

A curto prazo, precisamos ser mais ativos em defesa comercial, desoneração dos investimentos, desoneração da folha de salários, criação de mecanismos efetivos de recuperação de créditos tributários nas exportações, construção de uma infraestrutura e logística eficientes e redução da burocracia e dos custos de produzir.

Vemos com satisfação que o Governo iniciou negociações sobre a desoneração da folha de pagamento de outros setores da economia, na semana passada, algo que temos defendido há anos.

Para o longo prazo, é preciso construir as bases da competitividade permanente, por meio do aumento da

produtividade, o que pode ser obtido com melhora na qualidade da educação e com mais inovação.

O ambiente econômico também precisa ser mais adequado. Para isso, precisamos promover a reforma tributária, racionalizar os gastos públicos e regular com eficiência os mercados. Só assim os investimentos privados, especialmente em infraestrutura, serão estimulados.

Mudanças institucionais dessa natureza são capazes de gerar um efeito significativo sobre a produtividade e a competitividade.

As razões da perda da competitividade no Brasil são várias, mas a valorização cambial dos últimos cinco anos é, sem dúvida, uma de suas maiores causas imediatas.

O Governo decidiu estabelecer uma “rede de proteção” mais duradoura para evitar a valorização do Real e os seus efeitos negativos sobre a indústria. Mais do que medidas pontuais, a presidente Dilma Rousseff quer um plano de ação amplo para enfrentar a valorização cambial provocada pela entrada maciça de dólares no país.

Como medida pontual para reduzir o fluxo de recursos de curto prazo e evitar maior volatilidade e valorização cambial, será

cobrada alíquota de 6% de IOF nas captações externas com prazo inferior a cinco anos. Desde abril de 2011, o prazo era de dois anos.

Essa medida é positiva, do ponto de vista cambial, e deve contribuir para reduzir a entrada de recursos de curto prazo. Contudo, provoca aumento no custo de concessão de crédito das empresas e, sem ações adicionais, tem efeito limitado.

O efeito negativo sobre a proteção cambial necessária nas exportações foi prontamente corrigido, na semana passada, com a isenção da cobrança de IOF no hedge cambial das operações de vendas externas.

As dificuldades de competição atuais refletem não apenas uma situação conjuntural mundial desfavorável, mas o fato de que houve pouco avanço na agenda da competitividade.

A retomada dessa agenda é crucial para o crescimento do País e nela está incluída a questão dos juros. Embora o Copom tenha cortado os juros básicos da economia em 0,75 ponto percentual, baixando a taxa Selic para 9,75% ao ano, defendemos a ampliação do ritmo de redução. Essa medida é indispensável para enfrentar o quadro de enfraquecimento da atividade econômica brasileira, em especial da indústria.

Afinal, vários países concorrentes do Brasil trabalham com juros muito baixos ou até negativos para enfrentar o cenário econômico mundial.

Em consequência dos diversos pontos aqui enumerados, a indústria brasileira teve seu crescimento paralisado e já começa a dar um sinal preocupante: a redução dos empregos gerados em alguns setores.

Em 2011, na comparação com 2010, a produção industrial ficou perto da estabilidade, com crescimento de apenas 0,3%. Isso pode se repetir em 2012 se ações decisivas não forem tomadas para mudar o quadro.

Há, portanto, razões de sobra para preocupações.

Senhoras e Senhores,

Não existe país rico com uma indústria fraca. Precisamos trabalhar para a plena *reindustrialização* do Brasil. Precisamos retomar o nível de participação da indústria no PIB brasileiro, que já foi de 26% e hoje está em torno de 21%.

A história nos mostra que o Brasil cresceu mais e melhor quando a indústria liderou o processo de crescimento. Precisamos

construir o ambiente para que as empresas industriais tenham condição de competir, investir e se desenvolver. Assim, o Brasil crescerá mais.

Essa deve ser a prioridade da CNI e dos industriais. Com esforço, trabalho e vigilância, vamos construir o País que desejamos e que nossos filhos e netos merecem.

Muito obrigado.